

JEAN CARLOS FERNANDES

**ARTÍCULOS DE
CRÉDITO**

**paradigma atual e
reconstrução de um regime**

**AGUALIZADA DE ACORDO COM A NOVA LEI DO AGRO
(Lei n. 13.986, de 7 de abril de 2020)**

3ED





Belo Horizonte	São Paulo
Av. Brasil, 1843,	Av. Paulista, 2444,
Savassi, Belo Horizonte, MG	8º andar, cj 82
Tel.: 31 3261 2801	Bela Vista – São Paulo, SP
CEP 30140-007	CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2018, D'Plácido Editora.
Copyright © 2018, Jean Carlos Fernandes.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

<i>Editor Chefe</i>	Plácido Arraes
<i>Editor</i>	Tales Leon de Marco
<i>Produtora Editorial</i>	Bárbara Rodrigues
<i>Capa, projeto gráfico</i>	Nathália Torres
<i>Diagramação</i>	Letícia Robini

Catálogo na Publicação (CIP)

F363 Fernandes, Jean Carlos
Títulos de crédito : paradigma atual e reconstrução de um regime / Jean
Carlos Fernandes. - 3. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2021.
258 p.

ISBN 978-65-5589-287-1

1. Direito. 2. Direito Empresarial. I. Título.

CDDir: 347.7

Biblioteca responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



Sumário

<i>Nota do autor à 3ª edição</i>	13
<i>Nota do autor à 2ª edição</i>	15
<i>Prefácio</i>	17
<i>Introdução</i>	19
1. Autonomização e importância dos títulos de crédito para o desenvolvimento econômico	23
1.1. Da evolução do crédito aos títulos escriturais.....	23
1.2. Terminologia e autonomização dos títulos de crédito.....	27
1.3. A importância econômica e a natureza dos títulos de crédito.....	29
2. A evolução dos títulos de crédito: da materialização à imaterialização	33
2.1. Materialização, desmaterialização e imaterialização dos títulos de crédito. Funcionalização dos títulos de crédito como valores mobiliários.....	33
2.2. Os problemas derivados da documentação dos direitos em papel.....	38
2.3. Experiências e graus de desmaterialização.....	39
2.3.1. Experiências que assentam na subsistência: a desmaterialização da circulação.....	39
2.3.2. Experiências de desmaterialização que implicaram no abandono do papel: os valores escriturais.....	41

2.4. A experiência espanhola: o terceiro de confiança.....	43
2.5. A executividade dos títulos de crédito em suporte eletrônico.....	45
3. Os princípios enformadores dos títulos de crédito na contemporaneidade.....	51
3.1. Princípios cambiários na teoria clássica dos títulos de crédito.....	51
3.2. Os princípios dos títulos de crédito na contemporaneidade.....	57
3.2.1. O conteúdo normativo dos princípios.....	58
3.2.2. A readequação dos princípios cambiários à nova realidade dos títulos de crédito.....	63
3.2.2.1. Necessárias reflexões.....	63
3.2.2.2. Resposta à primeira reflexão.....	64
3.2.2.3. Resposta à segunda reflexão.....	64
3.2.2.3.1. Do princípio da documentalidade cartular ou escritural.....	64
3.2.2.3.2. Do princípio da equivalência funcional e a transmutação de suporte.....	65
3.2.2.3.3. Do princípio da literalidade ou completude.....	68
3.2.2.3.4. Dos princípios da autonomia, abstração, independência das obrigações cambiárias e inoponibilidade de exceções pessoais.....	68
3.3. Dos títulos de crédito cartulares e não cartulares (escriturais). O princípio da legalidade ou tipicidade cambiária.....	70
3.3.1. Da Letra de Arrendamento Mercantil.....	80
3.3.2. Da Letra Financeira.....	81
4. Obrigação cambiária e classificação dos títulos de crédito.....	85
4.1. A natureza e constituição da obrigação cambiária.....	85
4.1.1. Teoria da Propriedade.....	86
4.1.2. Teoria da Criação.....	87
4.1.3. Teoria da Emissão.....	88
4.2. Declaração cambiária originária, principal ou necessária.....	90

4.3. Declarações cambiárias sucessivas e eventuais.....	91
4.3.1. Aceite.....	91
4.3.2. Endosso.....	92
4.3.2.1. Efeitos.....	93
4.3.2.2. Modalidades: translativo, mandato e caução ou pignoratício.....	93
4.3.2.3. Do endosso fiduciário.....	94
4.3.2.4. Do endosso escritural.....	96
4.3.3. Do Aval.....	97
4.3.3.1. A posição do avalista na recuperação judicial do avalizado.....	101
4.4. Declaração cambiária sucedânea.....	105
4.5. Devedores cambiários.....	109
4.5.1. Solidariedade cambiária.....	109
4.5.2. Devedores principal e de regresso.....	110
4.5.3. Devedores direto e indireto.....	110
4.6. A classificação dos títulos de crédito.....	112
4.6.1. Títulos segundo o suporte.....	112
4.6.2. Títulos segundo a estrutura.....	113
4.6.3. Títulos segundo o conteúdo.....	113
4.6.4. Títulos segundo o vencimento.....	113
4.6.5. Títulos segundo a origem.....	113
4.6.6. Títulos segundo a finalidade.....	114
4.6.7. Títulos segundo a circulação.....	115

5. Da evolução do protesto como instituto complementar do direito cambiário à possibilidade de protesto eletrônico.....	117
5.1. O enquadramento jurídico do protesto.....	117
5.2. A funcionalidade do protesto.....	119
5.3. Os efeitos advindos do protesto.....	121
5.4. Das modalidades de protesto: facultativo e necessário.....	125
5.5. Documentos protestáveis.....	126
5.6. O protesto para fins falimentares.....	130

5.7. Protesto eletrônico.....	133
5.8. Protesto e banco de dados privados.....	136
5.8.1. A posição do Superior Tribunal de Justiça.....	136
5.8.2. A vigência do artigo 29 da Lei n. 9.492, de 1997.....	141
6. O regramento geral dos títulos de crédito no Código Civil.....	143
6.1. Títulos de crédito no Código Civil de 2002.....	143
6.2. O alcance das disposições do Código Civil.....	144
6.3. Requisitos essenciais e não essenciais dos títulos de crédito.....	145
6.4. Da circulação do título de crédito no Código Civil.....	146
6.4.1. Do endosso sem garantia.....	146
6.4.2. Do endosso parcial.....	148
6.5. Das regras gerais do aval e a controvérsia sobre a sua invalidade ou ineficácia por ausência de outorga conjugal.....	150
6.6. Considerações finais.....	157
7. Da cédula de crédito bancário e o seu regime de garantias.....	159
7.1. A origem da cédula de crédito bancário.....	159
7.2. A natureza da cédula de crédito bancário.....	163
7.3. Os requisitos da cédula de crédito bancário e os princípios do direito cambiário.....	166
7.4. Do certificado de cédulas de crédito bancário.....	170
7.5. Do regime de garantias da cédula de crédito bancário.....	172
7.6. A cédula de crédito bancário e a cessão fiduciária.....	174
8. A duplicata escritural.....	177
8.1. Do boleto bancário à duplicata escritural.....	177
8.2. A emissão da duplicata escritural.....	181
8.3. Do extrato do registro eletrônico da duplicata escritural.....	182
8.4. Da apresentação da duplicata escritural.....	183
8.5. O protesto da duplicata cartular e escritural.....	183
8.5.1. Protesto por falta ou recusa de aceite.....	184

8.5.2. Protesto por falta de devolução.....	185
8.5.3. Protesto por falta de pagamento.....	186
8.5.4. Protesto por indicação.....	186
8.6. A executividade da duplicata escritural.....	191
9. Dos títulos de crédito na nova Lei do Agro.....	193
9.1. Introdução.....	193
9.2. Cédula Imobiliária Rural.....	193
9.3. Certificado de Depósito Bancário.....	195
9.4. Escrituração de títulos de crédito.....	196
9.5. Títulos de crédito rural: Cédula de Crédito Rural, Nota Promissória Rural e Duplicata Rural.....	196
10. Jurisprudência selecionada do Superior Tribunal de Justiça.....	199
10.1. Princípios dos títulos de crédito.....	199
10.2. Aceite, endosso e aval.....	202
10.3. Protesto.....	213
10.4. Duplicata.....	220
10.5. Letra de câmbio.....	223
10.6. Cheque.....	225
10.7. Nota promissória.....	234
10.8. Cédulas de crédito.....	238
Apêndice: estudo de casos.....	245
Referências.....	249